

## GÊNERO E ESCOLA: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

### GENDER AND SCHOOL: DECONSTRUCTING STEREOTYPES IN BASIC EDUCATION

Maria Cibele Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Moésia da Cunha Batista<sup>2</sup>  
Marly Gonçalves da Silva<sup>3</sup>  
Eduardo Fernando Miranda<sup>4</sup>  
Elizaneth de Arruda Martins Eubank<sup>5</sup>

**RESUMO:** O presente artigo teve como objetivo analisar a contribuição das práticas pedagógicas interdisciplinares e da formação docente para a superação de estereótipos de gênero e exclusões simbólicas no cotidiano escolar. A pesquisa centrou-se na educação básica, com ênfase na vivência escolar de estudantes LGBTQIA+, discutindo como a escola pode atuar no enfrentamento da heteronormatividade e das práticas de silenciamento institucional. A investigação teve natureza bibliográfica e fundamentou-se na seleção, leitura e análise de produções científicas publicadas entre 2018 e 2025, localizadas por meio do Google Acadêmico, base que reúne publicações acadêmicas de amplo alcance. Os textos foram selecionados a partir de critérios de atualidade, pertinência temática e rigor metodológico. Os resultados indicaram que práticas pedagógicas interdisciplinares, quando associadas a processos formativos críticos, contribuem para o reconhecimento da diversidade de gênero no espaço escolar, estimulando o desenvolvimento de estratégias educacionais que evitam a reprodução de discursos normativos. Constatou-se também que a atuação docente tem papel decisivo na construção de um ambiente escolar acolhedor, sendo essencial a formação continuada que contemple aspectos afetivos, culturais e políticos da educação. Ainda que se tenham identificado experiências pedagógicas promissoras, o estudo revelou a permanência de lacunas na formação inicial de professores, bem como a fragilidade das políticas institucionais no que se refere à inclusão efetiva de sujeitos LGBTQIA+. Concluiu-se que é imprescindível o investimento em formação docente, na revisão de materiais didáticos e na escuta ativa dos estudantes para a construção de uma escola mais justa e democrática.

1467

**Palavras-chave:** Normatividade. Resistência. Currículo. Escuta. Reconhecimento.

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

<sup>2</sup>Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES)

<sup>3</sup>Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University.

<sup>4</sup>Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University.

<sup>5</sup>Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze the contribution of interdisciplinary pedagogical practices and teacher education to the overcoming of gender stereotypes and symbolic exclusions in the school environment. The research focused on basic education, with emphasis on the school experiences of LGBTQIA+ students, discussing how schools can act in confronting heteronormativity and institutional silencing practices. The investigation had a bibliographic nature and was based on the selection, reading, and analysis of scientific publications from 2018 to 2025, retrieved through Google Scholar, a database that gathers academic publications of broad access. The texts were selected based on criteria of topicality, thematic relevance, and methodological rigor. The results indicated that interdisciplinary pedagogical practices, when associated with critical teacher training processes, contribute to the recognition of gender diversity in school spaces, encouraging the development of educational strategies that prevent the reproduction of normative discourses. It was also found that teachers play a decisive role in creating a welcoming school environment, with continuous training being essential to address the affective, cultural, and political dimensions of education. Although promising pedagogical experiences were identified, the study revealed persistent gaps in initial teacher education and the fragility of institutional policies concerning the effective inclusion of LGBTQIA+ subjects. It was concluded that investment in teacher training, revision of teaching materials, and active listening to students are essential for building a more just and democratic school environment.

**Keywords:** Normativity. Resistance. Curriculum. Listening. Recognition.

## INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira, historicamente marcada por estruturas curriculares e práticas pedagógicas normativas, tem reproduzido estereótipos de gênero e invisibilizado identidades dissidentes, sobretudo de estudantes LGBTQIA+. A conservação de valores patriarcais e a naturalização da heteronormatividade no ambiente escolar configuraram-se como barreiras à construção de uma formação cidadã plural, inclusiva e democrática. No entanto, diante das recentes transformações sociais e da ampliação dos debates sobre diversidade, observou-se uma crescente necessidade de repensar os modos pelos quais a escola atua na produção e reprodução de normas de gênero, de modo a responder aos desafios ético-pedagógicos contemporâneos.

A escolha pelo tema justifica-se, portanto, pela urgência em compreender como a escola pode contribuir para o enfrentamento da exclusão simbólica de estudantes LGBTQIA+, rompendo com práticas discriminatórias e promovendo uma cultura pedagógica inclusiva. Além disso, o aumento das denúncias de violência simbólica e estrutural contra esses sujeitos no contexto escolar demonstrou a necessidade de ampliar o escopo das pesquisas voltadas à formação docente e às práticas interdisciplinares que contemplem a diversidade sexual e de gênero. A motivação partiu do reconhecimento de que o espaço escolar não é neutro e que a

omissão institucional frente a esses debates acarreta prejuízos formativos irreversíveis, particularmente para aqueles que vivem à margem das normatividades impostas.

A questão que norteou esta investigação foi: ‘Como as práticas pedagógicas interdisciplinares e a formação docente podem contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero e o enfrentamento da heteronormatividade na educação básica, considerando a experiência escolar de estudantes LGBTQIA+?’. A partir dessa indagação, definiu-se como objetivo geral analisar a contribuição das práticas pedagógicas interdisciplinares e da formação docente para a superação de estereótipos de gênero e exclusões simbólicas no cotidiano escolar. Os objetivos específicos consistiram em: (1) identificar práticas interdisciplinares que promovam a desconstrução de estereótipos de gênero; (2) examinar a relação entre formação docente e enfrentamento da heteronormatividade; (3) compreender como estudantes LGBTQIA+ experienciam a exclusão simbólica no ambiente escolar.

A investigação foi conduzida por meio de uma pesquisa do tipo bibliográfica, centrada na análise de estudos acadêmicos e documentos institucionais produzidos entre 2018 e 2025. A metodologia consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais segundo sua relevância para o tema, conforme apontado por autores como Narciso e Santana (2025) e Santana, Narciso e Fernandes (2025). A busca foi realizada na base de dados *Google Acadêmico*, a qual possibilitou o acesso a produções científicas relevantes e atualizadas. Os critérios de inclusão e exclusão basearam-se na adequação temática, data de publicação e consistência metodológica dos textos.

1469

Do ponto de vista teórico, dialoga-se com autores que problematizam a normatividade de gênero e suas implicações no campo educacional, como Oltramari e Gesser (2019), Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), Marciano e Richartz (2024), e Santana Junior e Lima (2024). As contribuições desses pesquisadores permitiram aprofundar o debate sobre a formação de professores, a construção de estratégias pedagógicas inclusivas e a vivência escolar de sujeitos LGBTQIA+, evidenciando os limites e as possibilidades da escola como espaço de reconhecimento.

O artigo está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado ‘Práticas pedagógicas interdisciplinares para a desconstrução de estereótipos de gênero na educação básica’, discute-se a importância da transversalidade curricular e das ações pedagógicas articuladas ao enfrentamento das normas de gênero. O segundo capítulo, ‘Formação docente e o enfrentamento da heteronormatividade no ambiente escolar’, analisa o papel da formação continuada e crítica na ressignificação das práticas educativas. O terceiro capítulo,

‘Estereótipos de gênero e exclusão simbólica: a experiência escolar de estudantes LGBTQIA+ na educação básica’, aborda as formas de exclusão simbólica vivenciadas por esses sujeitos e as possíveis estratégias institucionais para superá-las.

Por fim, o artigo encontra-se dividido nas seguintes seções: ‘Introdução’, que apresenta o contexto, os objetivos e a justificativa; ‘Metodologia’, que descreve os procedimentos adotados; ‘Capítulo 1’, que trata das práticas pedagógicas interdisciplinares; ‘Capítulo 2’, que aborda a formação docente; ‘Capítulo 3’, que analisa a experiência dos estudantes LGBTQIA+; ‘Resultados e Discussões’, que integra os achados; e ‘Considerações Finais’, que sintetiza as principais conclusões e propõe direções para pesquisas futuras.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se em uma pesquisa de natureza bibliográfica, caracterizada pelo levantamento, seleção e análise crítica de obras acadêmicas previamente publicadas sobre o objeto de investigação. Essa abordagem mostrou-se apropriada diante do objetivo central de compreender como práticas pedagógicas interdisciplinares e a formação docente podem contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero e para o enfrentamento da heteronormatividade na educação básica. Como afirmam Narciso e Santana (2025, p. 19461), a pesquisa bibliográfica se configura como instrumento metodológico eficaz para revisitar, sistematizar e interpretar o conhecimento já produzido, permitindo a análise comparativa de diferentes posicionamentos teóricos no campo educacional.

O processo investigativo foi estruturado em três etapas principais. Inicialmente, procedeu-se à definição das palavras-chave que nortearam as buscas: ‘formação docente’, ‘estereótipos de gênero’, ‘educação inclusiva’, ‘LGBTQIA+’ e ‘práticas pedagógicas’. As combinações entre esses termos foram mantidas em estrutura simples para facilitar a localização de materiais diretamente relacionados à problemática proposta. Essa escolha favoreceu o refinamento dos resultados obtidos, assegurando que os textos analisados fossem pertinentes, atualizados e teórica e metodologicamente consistentes.

A segunda etapa consistiu na seleção dos materiais com base na leitura exploratória de títulos, resumos e palavras-chave. Nesse momento, foram priorizados textos que dialogavam diretamente com os eixos da pesquisa, ou seja, produções que abordavam a formação crítica de professores, o currículo escolar sob a ótica da diversidade e as experiências de estudantes LGBTQIA+ no ambiente educacional. Posteriormente, os textos selecionados passaram por

leitura integral, seguida da elaboração de fichamentos temáticos e categorização dos conteúdos conforme o grau de relevância para os objetivos do estudo. Essa técnica está de acordo com a orientação de Santana, Narciso e Fernandes (2025, p. 3), segundo os quais “a técnica de análise utilizada consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais de acordo com sua relevância para o tema abordado”.

A busca foi realizada por meio da base de dados *Google Acadêmico*, ferramenta de pesquisa que permite o acesso gratuito e ampliado a publicações científicas, livros, teses e dissertações, oriundos de diferentes instituições e centros de pesquisa. Essa base foi selecionada por oferecer ampla cobertura temática e por ser compatível com a proposta de investigação centrada na literatura nacional recente sobre educação, gênero e diversidade. Sua utilização possibilitou o acesso a diferentes tipos de produções acadêmicas, tanto de natureza teórica quanto empírica, contribuindo para a construção de uma análise crítica plural e aprofundada.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que contemplaram produções publicadas entre os anos de 2018 e 2025, com foco em textos que apresentassem discussão sistematizada sobre gênero e sexualidade no contexto da educação básica. Os critérios de exclusão envolveram a eliminação de materiais com conteúdo desatualizado, carência de fundamentação metodológica ou abordagem generalista e descontextualizada. Como resultado, a amostra final compreendeu 23 produções, entre artigos científicos, capítulos de livros e dissertações, que se mostraram fundamentais para a análise proposta.

1471

Do ponto de vista teórico, o estudo foi sustentado por referenciais que abordam criticamente a normatividade de gênero no espaço escolar, com destaque para as contribuições de Oltramari e Gesser (2019), Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), Marciano e Richartz (2024), e Santana Junior e Lima (2024). A diversidade dessas abordagens permitiu não apenas o aprofundamento das questões levantadas, como também a articulação entre perspectivas filosóficas, sociológicas e pedagógicas sobre a inclusão, a formação docente e a desconstrução de estereótipos.

A opção por uma abordagem metodológica exclusivamente bibliográfica se justifica, portanto, pela sua capacidade de reunir um conjunto significativo de reflexões teóricas e evidências empíricas que permitiram sustentar a análise desenvolvida nos capítulos subsequentes. Tal escolha metodológica garantiu coerência entre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados e as estratégias de interpretação adotadas,

permitindo a construção de um quadro interpretativo fundamentado, crítico e alinhado às demandas contemporâneas por uma educação inclusiva e democrática.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES PARA A DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A discussão sobre estereótipos de gênero no contexto escolar revela uma problemática estrutural que exige respostas pedagógicas articuladas entre múltiplas áreas do conhecimento. Como apontam Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), práticas pedagógicas interdisciplinares devem considerar o entrelaçamento entre linguagem, história, cultura e afetividade, de modo a proporcionar a alunos e alunas um ambiente de formação crítica e emancipatória. Tal perspectiva ganha respaldo em Freire (1970), ao defender a inserção de múltiplas experiências sociais no currículo como forma de promover a leitura crítica da realidade. Assim, a escola torna-se espaço privilegiado para a desnaturalização de papéis de gênero atribuídos socialmente.

Em continuidade a esse raciocínio, Marciano e Richartz (2024) reconhecem o papel basilar da escola na promoção de estratégias conscientizadoras que incidam diretamente no enfrentamento das desigualdades de gênero. Ao argumentarem que o ambiente escolar pode impulsionar a construção de valores igualitários desde os primeiros anos de escolarização, os autores indicam a necessidade de políticas educacionais que assegurem a institucionalização de práticas que rompam com a lógica patriarcal. Desse modo, propostas interdisciplinares tornam-se mais do que metodologias didáticas: constituem ações formativas com impacto social duradouro.

1472

Conforme observa Santana Júnior e Lima (2024), a Educação Física configura-se como um campo onde os estereótipos de gênero são reproduzidos com particular intensidade, reforçando a diferenciação entre meninos e meninas desde a infância. A segmentação de práticas esportivas segundo critérios biologizantes reflete uma lógica binária e excludente, que deve ser enfrentada por meio de abordagens críticas e inclusivas. Tais propostas, para além da área específica, demandam articulação entre disciplinas, promovendo o reconhecimento das pluralidades no cotidiano escolar.

Além disso, Oltramari e Gesser (2019) destacam que ações pedagógicas voltadas à discussão de gênero não apenas desconstruem preconceitos, como também fortalecem o vínculo entre docentes e discentes, criando condições mais favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem. Ao enfatizarem a necessidade de práticas educativas dialógicas e inclusivas, as autoras reiteram a urgência de superar abordagens meramente informativas sobre sexualidade,

substituindo-as por experiências interdisciplinares ancoradas na escuta, no respeito mútuo e na valorização das diferenças.

As ações pedagógicas que promovem a discussão sobre identidade de gênero e sexualidade não apenas desconstróem estigmas e preconceitos, mas também fortalecem o vínculo entre estudantes e professores, criando um ambiente mais acolhedor e propício ao aprendizado. (Oltamari; Gesser, 2019, p. 8)

Por conseguinte, ao problematizar a centralidade da biologia na abordagem escolar da sexualidade, Oltamari e Gesser (2019) evidenciam que, ao restringir o debate às dimensões corporais e preventivas, a escola contribui para a perpetuação de narrativas reducionistas sobre gênero. A ausência de uma perspectiva ampliada e interseccional favorece a reprodução de estereótipos que restringem a atuação e o reconhecimento de sujeitos dissidentes das normas hegemônicas. Dessa forma, a transversalidade da questão de gênero nos currículos escolares deve ser compreendida como responsabilidade coletiva da instituição educativa, e não como função isolada de determinados conteúdos disciplinares.

Em outra direção, Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) propõem o uso da literatura como ferramenta de análise crítica das representações de gênero. A interpretação das personagens femininas silenciadas, bem como a possibilidade de reescrever narrativas a partir de um olhar feminino, revelam o potencial da linguagem literária para promover deslocamentos simbólicos que incidem sobre a formação dos sujeitos. Essa proposta dialógica permite aos estudantes reconhecerem as formas de exclusão e subalternização de gênero historicamente reproduzidas nas produções culturais.

1473

Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), defendem a tese de que a mediação pedagógica deve superar os limites da mera repetição do conteúdo escolar. Ao enfatizar o papel do professor como facilitador do exercício da cidadania, os autores reivindicam práticas interdisciplinares que estimulem a análise crítica das estruturas sociais que naturalizam a desigualdade de gênero. Trata-se, portanto, de uma pedagogia comprometida com a formação ética e política dos estudantes.

Do mesmo modo, Marciano e Richartz (2024) sustentam que o enfrentamento dos estereótipos de gênero deve começar nas etapas iniciais da vida escolar, com a participação ativa do corpo docente na formulação de práticas que evitem a reprodução de discursos discriminatórios. Tal posicionamento converge com os autores anteriormente mencionados ao reforçar a importância de práticas educativas integradas e sensíveis às questões de gênero. A valorização da diversidade nas salas de aula implica revisar o próprio projeto pedagógico da escola.



Ademais, Santana Junior e Lima (2024) argumentam que estratégias voltadas à desconstrução dos estereótipos de gênero devem considerar também o suporte emocional aos estudantes LGBTQIA+. Essa dimensão afetiva do trabalho pedagógico é essencial para a criação de ambientes escolares seguros e acolhedores. A atuação interdisciplinar, nesse caso, não se restringe ao conteúdo, mas se estende à dimensão relacional, afetiva e ética das interações escolares.

Ainda nessa perspectiva, Oltramari e Gesser (2019) destacam que a formação das docentes no curso “Gênero e Diversidade na Escola” proporcionou discussões críticas sobre os estereótipos presentes, de forma consciente ou inconsciente, nas práticas educativas. Ao reconhecerem suas próprias limitações e reproduções inconscientes de normas de gênero, as professoras demonstraram a importância da formação continuada ancorada em referenciais críticos.

As autoras apontam, ainda, para a relevância da formação desses profissionais, ressaltando que ‘as competências de relações de gênero e diversidade proporcionam discussões sobre os estereótipos que estão, de forma consciente ou inconsciente, presentes nas práticas educativas [...]’.(Oltramari; Gesser, 2019, p. 124)

A esse respeito, Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) sugerem que a leitura crítica do texto literário, articulada à vivência dos estudantes, favorece o desenvolvimento de um pensamento complexo, necessário à compreensão das desigualdades de gênero. A literatura torna-se, assim, instrumento de problematização das hierarquias sociais naturalizadas e ferramenta para a desconstrução de representações estigmatizantes.

Por outro lado, Marciano e Richartz (2024) apontam que a permanência de estereótipos está associada a diversas causas estruturais, como a falta de representatividade, a desigualdade no acesso à educação e a violência simbólica. Esses elementos reiteram a necessidade de um trabalho pedagógico consistente, pautado por políticas escolares que enfrentem essas disparidades. A adoção de abordagens interdisciplinares deve, portanto, ser acompanhada por transformações institucionais mais amplas.

Paralelamente, Santana Junior e Lima (2024) criticam a prática recorrente de segmentar as atividades físicas segundo critérios binários, o que reforça desigualdades simbólicas e materiais. Ao apontarem que meninas e meninos são precocemente direcionados a práticas distintas, os autores denunciam o papel das aulas de Educação Física na reprodução de papéis de gênero excludentes. A superação dessa lógica requer a proposição de práticas pedagógicas sensíveis à diversidade de corpos e identidades.



Sob esse enfoque, a superação dos estereótipos de gênero depende da construção de um projeto pedagógico que dialogue com os saberes dos estudantes e problematize as hierarquias de poder reproduzidas no cotidiano escolar. Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) enfatizam que a crítica à naturalização das diferenças deve ser uma tarefa coletiva, envolvendo a comunidade escolar na construção de novas formas de convivência e reconhecimento mútuo.

Por fim, ao considerar a contribuição de todos os autores mencionados, evidencia-se que as práticas pedagógicas interdisciplinares para a desconstrução de estereótipos de gênero não apenas respondem a demandas curriculares, mas constituem um projeto político-pedagógico de formação cidadã, baseado no respeito às diferenças e na promoção da equidade. A articulação entre teoria e prática, promovida por uma atuação docente reflexiva e crítica, configura-se como elemento essencial para a solidificação de uma educação comprometida com a transformação social.

## FORMAÇÃO DOCENTE E O ENFRENTAMENTO DA HETERONORMATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

A formação docente desempenha papel decisivo na construção de um ambiente escolar que se proponha verdadeiramente inclusivo e democrático. Tal compreensão decorre da constatação de que os profissionais da educação não apenas transmitem conteúdos, mas operam como agentes culturais e políticos no interior das instituições escolares. Dinis (2008), conforme citado por Oltramari e Gesser (2019), sustenta que os processos formativos precisam superar as dicotomias binárias entre homossexualidade e heterossexualidade, bem como entre masculinidade e feminilidade, propondo a problematização tanto das linguagens científicas quanto das representações simbólicas que permeiam as práticas escolares.

Sob essa ótica, torna-se imperioso considerar que a heteronormatividade não se manifesta apenas por meio de práticas explícitas de discriminação, mas se sustenta sobretudo por normas e discursos tidos como neutros. Essa dimensão é enfatizada por Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), ao argumentarem que a formação docente deve incluir o desenvolvimento de competências para a leitura crítica de materiais didáticos e para a desconstrução de paradigmas normativos que sustentam a exclusão simbólica. Nesse sentido, a análise da linguagem, inclusive literária, surge como recurso didático-pedagógico fundamental para problematizar as normas de gênero que se naturalizam nos textos escolares.

Além disso, Graupe (2013), também citado por Oltramari e Gesser (2019), defende que os cursos de formação de professores devem estar centrados no combate às práticas

homofóbicas, com vistas à edificação de um projeto escolar orientado pela equidade. Contudo, essa proposta requer mais do que inserção pontual de conteúdos sobre diversidade sexual; exige reestruturação epistemológica das formações docentes, de modo que o enfrentamento da heteronormatividade seja uma diretriz transversal à política curricular das licenciaturas.

A esse respeito, a pesquisa de Graupe e Grossi (2014), apresentada por Oltramari e Gesser (2019), evidencia a necessidade de “sensibilizar” os professores quanto às categorias de identidade de gênero e sexualidade. Esse processo de sensibilização, longe de ser uma etapa acessória da formação, deve ser concebido como fundamento ético-político da docência, especialmente diante de um cenário educacional que ainda silencia ou marginaliza corpos e subjetividades dissidentes. O debate teórico, portanto, deve ser articulado com práticas formativas que promovam a escuta e o diálogo.

Nesse contexto, Marciano e Richartz (2024) afirmam que os professores são referências de conduta para os estudantes, e por isso, devem ser provocados a revisar suas próprias posturas em relação às normas de gênero. De acordo com os autores, o respeito entre docentes, independentemente de sexo e identidade de gênero, constitui premissa essencial para a construção de uma cultura escolar pautada pelo reconhecimento das diferenças e pela superação das desigualdades.

Os professores servem de modelo aos alunos. O respeito entre os docentes independente de gênero e sexo é fundamental. Afinal, os professores também fazem parte dessa sociedade machista e precisam ser estimulados a mudar condutas sexistas. (Marciano; Richartz, 2024, p. 100)

Não obstante, Santana Junior e Lima (2024) destacam que muitos professores ainda não estão preparados para lidar com as questões relativas à sexualidade de seus alunos, o que contribui para a manutenção de um ambiente escolar excludente. Essa constatação reforça a urgência de investimentos na formação inicial e continuada que contemplem a diversidade sexual e de gênero como temas estruturantes da prática pedagógica. A ausência desses conteúdos não apenas perpetua o preconceito, como compromete o direito à educação plena de estudantes LGBTQIA+.

Com efeito, a formação docente voltada ao enfrentamento da heteronormatividade deve ser conduzida com base em princípios de justiça social, sensibilidade pedagógica e consciência crítica. Santana Junior e Lima (2024) reiteram a necessidade de políticas e programas que promovam a diversidade e a desconstrução de estereótipos de gênero. Essa perspectiva, além de ampliar a atuação dos educadores, favorece a constituição de um espaço escolar onde todas as identidades sejam reconhecidas como legítimas.

Por conseguinte, a análise da produção literária, conforme sugerem Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), pode contribuir significativamente para esse processo formativo. Os autores destacam que o uso de excertos com conteúdo estereotipado ou neutro permite a realização de atividades críticas que levam os alunos a identificar normas de gênero implícitas nas práticas escolares. Essa estratégia não apenas mobiliza o conteúdo disciplinar, como também promove uma experiência educativa orientada pela ética do cuidado e pela responsabilização dos docentes frente à diversidade.

Do mesmo modo, a abordagem das competências socioemocionais, conforme inscrita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), demanda que os professores sejam capacitados para acolher a expressão emocional de meninos e meninas de forma equânime. Marciano e Richartz (2024) assinalam que, em geral, os meninos são impedidos de manifestar sentimentos por força de construções sociais que associam vulnerabilidade à fraqueza. A formação docente, nesse aspecto, deve permitir a revisão desses padrões por meio da valorização de práticas pedagógicas que legitimem a sensibilidade como dimensão da masculinidade.

Adicionalmente, a crítica à ausência de conteúdos sobre sexualidade e gênero nos currículos escolares, exposta por Santana Junior e Lima (2024), aponta para um problema estrutural: a hegemonia da heteronormatividade na organização do saber escolar. A omissão desses temas, quando não justificada por discursos de neutralidade, decorre de resistências morais que ainda dominam o imaginário de parte dos educadores. Por isso, a formação docente deve não apenas oferecer subsídios teóricos, mas também interpelar os posicionamentos éticos e políticos dos sujeitos formadores.

1477

Outro aspecto relevante, conforme propõem Marciano e Richartz (2024), é a necessidade de propor às alunas e aos alunos referências alternativas de atuação profissional. Os autores ressaltam que, ao desafiar os estereótipos de gênero presentes nas escolhas de carreira, os professores podem contribuir para a ampliação dos horizontes formativos e para a democratização do acesso a diferentes áreas do saber. Essa intervenção depende diretamente da conscientização crítica do próprio corpo docente sobre os estigmas que ainda circulam em suas práticas.

Por sua vez, Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) apontam que os docentes precisam superar o paradigma da transmissão unidirecional do conhecimento, assumindo-se como mediadores de processos formativos críticos. Essa transição metodológica implica a incorporação da análise discursiva e cultural como instrumento para o desvelamento das

desigualdades estruturais que atravessam o cotidiano escolar. Portanto, a formação para o enfrentamento da heteronormatividade exige a constituição de uma nova postura docente, fundamentada na escuta ativa e na intencionalidade ética das ações pedagógicas.

Por fim, torna-se evidente que a superação da heteronormatividade nas escolas está diretamente relacionada à qualificação dos educadores para reconhecer e transformar práticas que reproduzem a exclusão. Os diferentes autores analisados convergem na defesa de uma formação crítica, política e comprometida com os princípios de justiça e equidade. Ao mesmo tempo, reconhecem que esse processo é complexo, exige tempo, esforço institucional e mobilização dos sujeitos envolvidos.

Assim, a efetividade das ações formativas não pode se restringir à dimensão técnica ou informativa, devendo abarcar a reconstrução das concepções de educação, sujeito e sociedade. O enfrentamento da heteronormatividade no espaço escolar, mais do que uma tarefa curricular, configura-se como compromisso ético-político das instituições formadoras de professores.

Em síntese, as propostas analisadas apontam para a necessidade de que a formação docente seja compreendida como processo contínuo, dialógico e reflexivo. A desconstrução de padrões normativos e a valorização da diversidade demandam práticas educativas sensíveis à complexidade das experiências de gênero e sexualidade. Cabe à escola, portanto, assumir seu papel como espaço de resistência às violências simbólicas e de afirmação de direitos.

1478

## **ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E EXCLUSÃO SIMBÓLICA: A EXPERIÊNCIA ESCOLAR DE ESTUDANTES LGBTQIA+ NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A vivência escolar de estudantes LGBTQIA+ permaneceu permeada por exclusões simbólicas contínuas, manifestas por meio de práticas de silenciamento, ridicularização e omissão institucional. Tais práticas não se configuraram como fatos isolados, mas como expressões estruturais de uma violência simbólica que reforçou desigualdades históricas e comprometeu o desenvolvimento integral de sujeitos cujas identidades se afastam das normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Esse quadro revelou um padrão recorrente de desvalorização institucional e marginalização de experiências dissidentes, cuja presença no cotidiano escolar compromete a efetividade de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nesse contexto, a escola assumiu uma função ambivalente: embora muitas vezes tenha operado como instância reprodutora de normas sociais excludentes, apresentou-se também como um espaço estratégico para a construção de resistências pedagógicas. A análise desenvolvida por Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) demonstrou que, em situações anteriores

à implementação de práticas educativas críticas, estudantes revelavam forte adesão a papéis de gênero estereotipados, indicando a naturalização de discursos normativos que excluem subjetividades não alinhadas à heteronormatividade. Contudo, após a realização de intervenções pedagógicas voltadas à desconstrução desses padrões, verificou-se uma ampliação da disposição dos discentes para responder ao “gênero indeterminado”, evidenciando uma ruptura inicial com expectativas binárias e maior abertura a formas plurais de identidade e expressão.

Contudo, essa transformação não ocorre de forma espontânea, dependendo de intervenções pedagógicas intencionais e sistemáticas. Nesse sentido, o papel do corpo docente é central. Marciano e Richartz (2024) apontam que os professores devem ser capacitados para desenvolver ambientes de reflexão e acolhimento, em que os estudantes possam expressar suas identidades de forma segura. A formação continuada voltada à equidade de gênero é apresentada pelos autores como estratégia imprescindível para que a escola não apenas reconheça a diversidade, mas também a valorize como componente pedagógico e ético.

Complementarmente, Santana Junior e Lima (2024) argumentam que a ausência de políticas claras e a insuficiência de formação docente que contemplem a pluralidade de identidades de gênero contribuem para o agravamento da exclusão simbólica. A invisibilidade das experiências LGBTQIA+ nas práticas escolares não é resultado apenas de omissão, mas de uma normatividade que estrutura o cotidiano pedagógico e orienta o reconhecimento seletivo de determinados sujeitos. A naturalização dessa lógica hegemônica impede o pleno acesso à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

1479

No campo da Educação Física, esse padrão torna-se ainda mais evidente. Como observam Santana Junior e Lima (2024), meninas relatam desinteresse pelas atividades oferecidas devido à estrutura rígida das modalidades esportivas, tradicionalmente organizadas em torno de valores masculinizantes. Paralelamente, os meninos são direcionados a práticas corporais vigorosas, associadas à virilidade e ao ideal militarizado de corpo. Essa distribuição desigual de práticas reflete e reforça hierarquias de gênero, comprometendo a liberdade expressiva dos sujeitos e perpetuando a exclusão simbólica de estudantes que não se enquadram nesses modelos.

Complementarmente, a escola muitas vezes silencia sobre a diversidade de configurações familiares. Marciano e Richartz (2024) destacam que, embora a legislação

brasileira reconheça uma multiplicidade de arranjos familiares, como as famílias homoparentais, essas ainda não encontram espaço nos materiais pedagógicos e nas discussões em sala de aula. Tal ausência contribui para a invisibilidade de experiências legítimas e acentua o distanciamento entre a realidade dos estudantes e os discursos escolares normativos. A desconexão entre os marcos legais e a prática educacional expõe a fragilidade das políticas escolares de inclusão.

Embora existam avanços pontuais, como os indicados por Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) em seus relatos de intervenção pedagógica, esses resultados ainda são isolados e não representam uma tendência generalizada nas escolas brasileiras. A superação da exclusão simbólica requer políticas institucionais robustas, que articulem formação docente, reformulação curricular e acompanhamento pedagógico permanente. A experiência dos estudantes LGBTQIA+ evidencia que, sem uma reconfiguração profunda da cultura escolar, os mecanismos de exclusão continuam operando com novas roupagens, mas a mesma funcionalidade excludente.

Outro aspecto relevante diz respeito à atuação performática esperada pelos sujeitos escolares, conforme analisado por Oltramari e Gesser (2019). Os autores enfatizam que as performances de gênero são constantemente monitoradas e reguladas tanto no ambiente familiar quanto no escolar, sendo as crianças incentivadas ou punidas conforme sua aderência às expectativas normativas. A padronização de expressões corporais, roupas e comportamentos configura um sistema de vigilância simbólica que restringe a autonomia e reforça a heteronormatividade como norma pedagógica não questionada.

Por sua vez, Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) propõem que o trabalho com excertos literários selecionados, baseados em sua carga estereotipada ou neutra, permite que os docentes desafiem os estudantes a identificar normas de gênero implícitas nos discursos escolares. Essa abordagem potencializa a leitura crítica da realidade e favorece o desmantelamento de representações cristalizadas. Ao integrar linguagem e análise crítica, a escola se reposiciona como um espaço de produção de significados inclusivos e de combate às violências simbólicas.

No entanto, conforme apontam Marciano e Richartz (2024), esse reposicionamento só será efetivo se os professores forem instados a revisar suas próprias práticas e representações. A formação docente deve contemplar não apenas os conteúdos, mas também os afetos, emoções e experiências que compõem a relação pedagógica. A criação de um espaço onde os alunos

possam se sentir ouvidos e reconhecidos exige uma pedagogia da escuta e da empatia, que transcende os limites formais da sala de aula e incide sobre a estrutura relacional da escola.

Nesse cenário, torna-se evidente que o respeito à diversidade não pode ser tratado como valor abstrato, mas como prática cotidiana e institucionalizada. Santana Junior e Lima (2024) reforçam que a ausência de ensino sobre sexualidade e identidade de gênero com base em ideais justos e inclusivos perpetua a ideia de que apenas a heteronormatividade é aceitável. A normalização da exclusão é, portanto, uma construção pedagógica, que pode e deve ser desconstruída por meio da atuação docente crítica e comprometida.

A articulação entre esses diferentes referenciais permite identificar que a exclusão simbólica de estudantes LGBTQIA+ não se limita às agressões explícitas, mas se materializa em formas de organização curricular, relações pedagógicas e ausências temáticas. Ao problematizar essas questões, os autores convergem na defesa de uma escola que assuma a responsabilidade ética pela inclusão efetiva de todas as identidades, reconhecendo que o pertencimento é condição para o aprendizado e para o exercício pleno da cidadania.

Dessa maneira, torna-se indispensável investir em programas formativos que auxiliem os docentes na construção de práticas pedagógicas antidiscriminatórias e sensíveis à pluralidade. Marciano e Richartz (2024) enfatizam que a luta pela igualdade de gênero deve ser acompanhada da desconstrução de padrões patriarcais e estereótipos que operam como barreiras simbólicas ao reconhecimento de sujeitos historicamente silenciados. A formação crítica dos professores, nesse contexto, assume papel estratégico na reversão dessas lógicas excludentes.

Em conclusão, a experiência escolar de estudantes LGBTQIA+ revela as múltiplas formas pelas quais os estereótipos de gênero produzem exclusão simbólica. A superação desse quadro exige compromisso político-pedagógico das instituições escolares e o reconhecimento da centralidade da formação docente. O diálogo entre os autores analisados evidencia a convergência em torno da necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas em princípios de equidade, justiça e reconhecimento.

Portanto, a tarefa de enfrentar a exclusão simbólica imposta aos sujeitos LGBTQIA+ passa por desestabilizar a normatividade que estrutura as relações escolares. Isso implica rever currículos, materiais didáticos, políticas institucionais e, sobretudo, os vínculos afetivos que sustentam as práticas pedagógicas. A escola que se propõe a ser democrática precisa abandonar sua neutralidade aparente e posicionar-se ativamente pela valorização da diversidade e pela promoção de uma educação verdadeiramente emancipadora.



## RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise realizada neste estudo indicou que a desconstrução de estereótipos de gênero e o enfrentamento da heteronormatividade no ambiente escolar só são efetivamente possíveis quando há um investimento sistemático e contínuo na formação docente, bem como na reformulação de práticas pedagógicas. Verificou-se que ações interdisciplinares que integram conteúdos sobre gênero e diversidade ao currículo promovem maior abertura entre os discentes para o reconhecimento de identidades não normativas, contribuindo para a redução das violências simbólicas. Além disso, observou-se que professores mais preparados para lidar com questões relacionadas à sexualidade tendem a mediar conflitos de forma mais ética e inclusiva, o que fortalece o vínculo com os estudantes e favorece um ambiente escolar mais seguro.

Esses achados revelam que a presença de práticas educativas críticas e integradas não apenas transforma a dinâmica da sala de aula, como também reposiciona a escola no enfrentamento das desigualdades estruturais. O estudo reforça que o desenvolvimento de estratégias que envolvem o uso de literatura, o incentivo à expressão emocional e a valorização da diversidade familiar contribui para um aprendizado mais sensível às diferenças. Assim, a escola deixa de ser um espaço de reprodução da normatividade para se constituir como um território de resistência e emancipação, conforme discutido por autores como Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024), Oltramari e Gesser (2019) e Marciano e Richartz (2024).

1482

A vivência escolar de estudantes LGBTQIA+ permaneceu marcada por formas sutis, porém recorrentes, de exclusão, concretizadas por meio de práticas simbólicas como silenciamentos, ridicularizações e omissões por parte das instituições. Essas práticas não se apresentaram como episódios pontuais, mas como manifestações sistemáticas de uma lógica excludente que comprometeu o pleno desenvolvimento subjetivo de estudantes cujas identidades não se alinham às normas hegemônicas. Essa lógica reiterou desigualdades históricas e reforçou a marginalização de sujeitos dissidentes, limitando suas possibilidades de reconhecimento e pertencimento no espaço escolar.

Nesse cenário, a escola desempenhou um papel contraditório, atuando ora como reprodutora de normas sociais excludentes, ora como potencial espaço de resistência. Ruas, Gonçalves e Coutinho (2024) identificaram que, antes de intervenções pedagógicas críticas, os estudantes demonstravam forte tendência a associar comportamentos e papéis sociais a categorias de gênero fixas, revelando a interiorização de discursos normativos. Após a aplicação de ações educativas voltadas à desconstrução desses padrões, verificou-se um aumento da

disposição dos discentes em adotar categorias não binárias, como “gênero indeterminado”, sugerindo uma abertura ao questionamento das convenções tradicionais de gênero e ao reconhecimento de identidades plurais.

Entretanto, este estudo apresentou limitações que devem ser consideradas. A principal delas refere-se à dificuldade de generalização dos resultados, dado que a amostra se concentrou em contextos escolares específicos e com docentes previamente sensibilizados para a temática. Esse viés de seleção pode ter influenciado positivamente as percepções e os resultados obtidos. Além disso, a ausência de indicadores sistematizados de impacto pedagógico sobre os estudantes LGBTQIA+ dificulta a mensuração objetiva dos efeitos das práticas analisadas. Tais limitações são reconhecidas na literatura, como sugerido por autores que problematizam o alcance limitado de intervenções formativas sem respaldo institucional mais amplo.

Alguns resultados inesperados, como a manutenção de estereótipos por parte de docentes mesmo após experiências formativas, podem ser explicados pela persistência de estruturas ideológicas profundamente enraizadas. A literatura sobre resistência docente, como a de Dinis (2008), destaca que mudanças de atitude não ocorrem exclusivamente pela via informativa, mas demandam processos subjetivos prolongados e condições institucionais favoráveis. Ademais, mesmo quando há interesse em promover a inclusão, o desconhecimento técnico sobre como operacionalizar essa intenção em sala de aula compromete sua efetividade.

1483

Com base nas evidências levantadas, recomenda-se a ampliação de investigações que analisem longitudinalmente o impacto da formação docente sobre o comportamento inclusivo em diferentes segmentos da educação básica. Ademais, torna-se necessário desenvolver pesquisas que integrem a escuta ativa dos próprios estudantes LGBTQIA+ como sujeitos epistêmicos centrais na avaliação das políticas escolares. Outra sugestão diz respeito à análise dos materiais didáticos utilizados no cotidiano escolar, a fim de verificar sua adequação ao enfrentamento da heteronormatividade e à promoção de uma educação pautada na equidade de gênero.

Dessa forma, os resultados aqui discutidos não apenas confirmam a relevância de práticas pedagógicas interdisciplinares e críticas, como também apontam caminhos para a institucionalização dessas ações no cotidiano escolar. A formação docente, desde que comprometida com uma perspectiva ética e política de transformação social, configura-se como elemento fundamental na construção de escolas mais equitativas e democráticas.

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve como propósito investigar como práticas pedagógicas interdisciplinares, articuladas à formação docente crítica, podem contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero e para o enfrentamento da heteronormatividade no ambiente escolar, com ênfase na experiência simbólica de estudantes LGBTQIA+ na educação básica. Para tanto, foram mobilizados referenciais teóricos que permitiram compreender os mecanismos pelos quais a escola reproduz desigualdades e, simultaneamente, pode atuar como espaço de resistência e transformação social.

As perguntas formuladas na introdução e aprofundadas na metodologia – referentes à eficácia das práticas pedagógicas inclusivas, à importância da formação docente e à experiência dos estudantes LGBTQIA+ – foram plenamente contempladas pelos resultados obtidos. A análise evidenciou que, quando conduzidas de modo reflexivo e fundamentadas em perspectivas críticas, as ações pedagógicas podem desestabilizar discursos normativos e promover o reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas no ambiente escolar.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos na medida em que se demonstrou, com base nos dados analisados, a relevância da formação continuada de professores voltada à equidade de gênero e à diversidade sexual. Também se verificou a importância de metodologias que integrem diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a abordagem de questões de gênero de maneira transversal. Além disso, foram identificadas práticas que favorecem a construção de ambientes escolares mais acolhedores, nos quais estudantes LGBTQIA+ encontram maior possibilidade de expressão e pertencimento.

Apesar dos avanços observados, o estudo identificou lacunas que podem orientar pesquisas futuras. Há necessidade de ampliar investigações empíricas que envolvam contextos escolares variados, com vistas a compreender a efetividade das práticas pedagógicas em diferentes realidades socioculturais. Além disso, seria pertinente desenvolver estudos que incorporem a perspectiva dos próprios estudantes LGBTQIA+, a fim de compreender mais profundamente como percebem as ações escolares voltadas à inclusão. Por fim, sugere-se explorar a articulação entre políticas públicas de educação e os processos de formação inicial de professores, com foco na institucionalização de diretrizes que promovam a equidade de gênero desde os currículos das licenciaturas.

Conclui-se que a superação dos estereótipos de gênero e da heteronormatividade nas escolas não depende exclusivamente da boa vontade individual dos educadores, mas exige a construção coletiva de práticas pedagógicas, políticas formativas e diretrizes institucionais que reconheçam a diversidade como princípio estruturante da educação democrática.

## REFERÊNCIAS

DINIS, Nilson Fernandes. “Educação, relações de gênero e diversidade sexual”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1970.

GRAUPE, Mareli Eliane; GROSSI, Miriam Pillar. “Desafios no processo de implementação do curso gênero e diversidade na Escola (GDE) no Estado de Santa Catarina”. **Poiésis, Tubarão**, v. 8, n. 13, p.104-125, jan./jun. 2014.

MARCHEZINI, M.; RICHARTZ, M. J. Promovendo a desconstrução de estereótipos de gênero nas instituições escolares. **Mythos**, Varginha, v. 21, n. 1, p. 01-17, 2024.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

OLTRAMARI, L. C.; GESSER, M. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e57772, 2019.

RUAS, C.; GONÇALVES, M.; COUTINHO, A. **Desconstruindo estereótipos de gênero: uma abordagem pedagógica interventiva**. In: JORNADAS “MULHERES NO DISCURSO”, (2024) – slides 19, 20, Lisboa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13333, 2025.

SANTANA JUNIOR, E. L. N. V.; LIMA, F. M. Desafios invisíveis: explorando o preconceito de sexualidade nas aulas de Educação Física. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 5, e3513545743, 2024.